



LAVA JATO

STF se prepara para julgar os representantes da Organização Arnon de Mello

Fernando Collor pode pegar 22 anos de cadeia; Luiz Amorim, oito



TIRO NO PÉ

Diretor-executivo acionou a Justiça para tentar ganhar R\$ 1.1 milhão da TV Gazeta
Luiz Amorim tentou aplicar golpe milionário

SUPREMO



Procuradoria apontou violação da autoridade da medida cautelar concedida pelo STF

Vitória da PGE derruba multa de R\$ 600 milhões contra o Estado de Alagoas

"POBRES CRIANÇAS"

Robério Cristiano deu um tiro no pé de um jovem de 21 anos
Conselheiro tutelar já foi preso acusado de tentativa de homicídio



Restá claro e evidente que o senhor Ceslo Deoclécio dos Santos não preenche o requisito legal de idoneidade moral para assumir o cargo de conselheiro tutelar; não podendo, em hipótese alguma, ter a sua vitória para assumir o referido cargo



ABSURDO

Conselho Tutelar nega pedido do Ministério Público de afastar Celso Deoclécio do cargo

BARRACO

Glenn Greenwald e o deputado David Miranda adotaram dois irmãos em Maceió

FÓRUM EXAME

Depois da consulta pública será lançado o edital de leilão da companhia de saneamento

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Certame da Prefeitura de Maceió favorece a empresa Vasconcelos e Santos LTDA

Ação do Ministério Público declara ilegal licitação da Arser



Promotor de Justiça Marcus Rômulo Maia de Mello



FALTA COM A VERDADE: Secretário de Rui Palmeira é desmentido por decisão judicial

COMIDA TEMPERADA

Turistas da capital poderão se deliciar com os pratos da chef Mãe Neide
Restaurante Baobá enriquece turismo gastronômico de Maceió



Prefeitura luta para empossar conselheiro que usou menor para praticar assalto

Briga entre Augusto Nunes e Glenn Greenwald envolve crianças alagoanas

Governador Renan Filho apresenta projeto de concessão da Casal



PALAVRAS DO EDITOR

VERGONHA!

Enfim, Lula está livre! Vergonha ou orgulho? Na verdade, a soltura do ex-presidente pode causar o efeito contrário do que os petistas acreditam. A saída de Lula reforça antipetismo e ajuda o presidente Jair Bolsonaro. O líder do PT ainda está condenado e incapaz de disputar as próximas eleições. Mas a decisão do Supremo Tribunal Federal

(STF) reflete diretamente na Lava Jato. Dias Toffoli condenou os heróis e disse que os homens passam, enquanto as instituições ficam. O resultado foi esperado, mas gerou revolta vergonha e tristeza. A esperança é a última que morre, como diz o ditado com base na caixa de Pandora. Muitos depositaram uma fé sem embasamento numa figura como Toffoli.

Com a decisão final, a banditagem e seus cúmplices festejavam nas redes sociais, enquanto todo cidadão sério lamentava profundamente, preocupado com o destino do país. O país perdeu uma vez que os bandidos venceram essa batalha. Basta dar uma olhada nos tipos que estavam imediatamente celebrando. Vergonha!



LULA EM MACEIÓ

O ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva confessou aos seus advogados que tem o desejo de morar em alguma capital do Nordeste, após ser liberado da prisão. Dentre os lugares, Lula teria citado três cidades onde gostaria de morar; entre elas, Maceió. De acordo com o Blog do Sakamoto, do portal Uol, pessoas próximas a Lula confirmaram a intenção do ex-presidente de deixar São Paulo e ir para a região Nordeste.

LULA NO NORDESTE

Fora a capital alagoana, ele teria manifestado sua empatia pelas cidades de Aracaju, Salvador e Recife, sua terra natal. O ex-presidente também afirmou que pretende se casar ao sair da prisão. Rosângela da Silva, namorada de Lula, celebrou a decisão do STF. "Eu vou te buscar! Me espera!", escreveu.



PAULO GUEDES E COLLOR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou na sexta-feira, 8, o processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor no início da década por causa de um Fiat Elba, que revelou um esquema de lavagem de dinheiro no governo do primeiro presidente eleito pelo voto popular após a ditadura. "É uma vergonha alguém cair por causa de um Fiat Elba, ele (Collor) caiu porque não era de esquerda", afirmou Guedes arrancando risadas da plateia durante seminário sobre o risco Brasil na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

LUTO

Faleceu na noite de quinta-feira, o conselheiro aposentado do Tribunal de Contas (TC-AL) José Alfredo Gaspar de Mendonça. Tio do procurador-geral de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, José Alfredo foi presidente da Corte de Contas e deixou legado pela sua conduta íntegra.

Alfredo Gaspar estava afastado de sua função desde 2007, quando atingiu a idade limite estabelecida pela legislação que rege o TC-AL.

VELHO CHICO

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), Anivaldo Miranda, participou do I Seminário de Direito Ambiental e Direito Administrativo – Conflitos dos Impactos Ambientais, Agenda de Convergência e Resposta Jurídica – promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Alagoas (OAB/AL). O seminário reuniu cerca de 300 pessoas no auditório da OAB/AL entre profissionais e estudantes interessados no assunto. O presidente da OAB/AL, Nivaldo Barbosa, pontuou que os temas abordados foram de grande interesse da sociedade pela relevância e por envolverem questões ambientais.

INVESTIGAÇÃO

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Og Fernandes, determinou à empresa WhatsApp INC que informe se as pessoas jurídicas e físicas identificadas pelas operadoras de telefonia VIVO, CLARO, TIM, ALGAR e OI como titulares de linhas telefônicas realizaram disparos de mensagem em massa ou automação durante a campanha eleitoral de 2018. O ministro solicitou ainda que o aplicativo de mensagens esclareça se adotou medidas para bloqueio ou banimento das contas referidas, no período de 14 de agosto a 28 de outubro de 2018.

FUNDEF

Prefeitos têm apresentado Projetos de Lei nas Câmaras de Vereadores no sentido de garantir um acordo na justiça com a finalidade de determinar o rateio do Fundef para os professores, pois uma vez esse acordo sendo homologado, o gestor pagaria os 60% e estaria protegido juridicamente. Isso tem acontecido especialmente na Paraíba, Pernambuco e Ceará.



ARTIGO

STF: bando de lobos, VOCÊS são as excelências do crime



WADSON REGIS

A decisão – dividida, para ser mais emocionante – dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) não trouxe nenhuma novidade, apenas a confirmação de que as esperanças de um NOVO BRASIL seguem menores a cada ação dos lobos, que colaboram com o desmonte do país.

Quem esperava que o STF decidisse diferente? Acredito que nem o mais pessimista dos criminosos.

Que venham Lula, Zé Dirceu e companhia limitada – mais de cinco mil criminosos que vão impulsionar a cadeia produtiva da criminalidade.

Lula Livre representa o fim da liberdade, do direito de ir e vir, não apenas por ele, mas pelos iguais - a ele - que retornarão às ruas e à vida fácil.

Por falar em ruas, os lobos da corte só aprontaram porque não houve a pressão das ruas.

A derrota da moralidade, protagonizada pelo STF, não representa apenas a vitória dos criminosos, presos em segunda instância, mas uma reaproximação letal da mais alta corte do país, com a banda podre do Congresso Nacional.

Uma vitória significativa do crime organizado.

ARTIGO

Pilarenses Ilustres



LAURENTINO VEIGA

O historiador-escritor Moacir Medeiros de Sant'ana, membro da Academia Alagoana de Letras e de outros sodalícios de relevo no quadrante alagoano, notabilizou-se nas suas pesquisas científicas e, por conseguinte, nas dezenas de livros que escreveu narrando a historiografia caeté.

Trouxe à tona Pilarenses Ilustres (Precedido de um estudo histórico sobre o Pilar) que, por sua vez, mereceu a Apresentação do saudoso Jayme de Altavila (o pai), onde dissecou com propriedade que lhe era peculiar a obra em epígrafe: " Trata-se de um gênero, de um trabalho de real apreço histórico, salvando de um possível esquecimento nomes que tiveram atuação relevante na vida cultural e econômica das Alagoas e que, atualmente, vive de suas honrosas tradições. Foi uma das cidades da Província das Alagoas que, depois da Capital, teve o maior número de jornais. A biografia de seus homens ilustres é copiosa. Ali floresceu uma notável vida social, ao tempo em que havia nobreza de sangue e de espírito. No seu atual estacionamento, subsistem os frisos dourados do seu passado nobilitante".

Por outro lado, o saudoso Antonio Sapucaia, falecido recentemente, escreveu o

Posfácio que, por sinal, merece reproduzir um texto sobre o bucólico município. " Pilar não foi apenas um ninho de poetas; foi, sim, uma fauna de intelectuais. Daí não se achar esgotado neste Pilarenses ilustres o elenco dos filhos que o enobreceram no campo literário, jornalístico, educacional, eclesiástico, nas artes, no parlamento, em suma, em qualquer atividade da inteligência humana".

Dito isso, passo a tecer comentários sobre o livro majestoso do autor. Divide-se em duas partes: a primeira, O Pilar de antigamente. " Origem e da denominação Pilar. A segunda, a intelectualidade no pilar. Um fator de importância para a evolução mental do Pilar: o aparecimento em 1870. Dos seus primeiros jornais. Notícia detalhada acerca dos jornais pilarenses, desde o primeiro, surgido em 1870, até o último que circulou normalmente naquela cidade, fundado em 1935".

A bem da verdade, Moacir debruçou-se no varal do seu tempo a fim de destacar sobre os Estudos Bio-Bibliográficos de Pilarenses a saber; Arthur Ramos, Costa Régio, Oliveira e Silva, Augusto Ramos, Taurino Baptista, Adelino Nunes, Cruz Oliveira, Luzia Oliveira Costa e Fernando de Mendonça. Diga-se, de passagem, enfocou fatos, a trajetória desses

vultos que deixaram marcas indeléveis.

No tocante a Olímpio Galvão registrou: " Olímpio Euzébio de Arroxelas Galvão nasceu a 2 de janeiro de 1842, no engenho Novo, hoje freguesia do Pilar e então da velha cidade das Alagoas, antiga capital do nosso Estado". Enquanto isso, Oliveira e Silva, Antonio José de Oliveira e Silva, poeta, orador, e acima de tudo, jornalista, nasceu na cidade do Pilar, neste Estado, em 1864. Renato de Mendonça. Segundo o historiador, Renato Firmino Maia de Mendonça, nasceu em Pilar, no dia 23 de dezembro de 1912, era filho de Júlio Rodrigues de Mendonça e de Rosalina Rebelo Maia de Mendonça.

Por fim, inseriu anexos. Testamento de Gabriel Soares, alcaide mor da Vila de Santa Maria Madalena da lagoa do sul, datado de 1º de julho de 1658; Escritura pública de venda do Engenho " Pilar", passado em 20 de novembro de 1839. Dir-se-ia que se trata de uma obra -prima de valor histórico. E, portanto, recomendo a leitura àqueles interessados a tomar conhecimento da história pretérita da cidade do Pilar. Felicito o autor pela grandeza da obra e, porque não dizer, pela sua feliz iniciativa de imortalizar a memória de vultos inesquecíveis.

Envie sua opinião para nossa redação através dos e-mails: artsenna10@gmail.com. Deixe a sua opinião a respeito de alguns assuntos, críticas ou sugestões. Os e-mails dos leitores serão publicados no jornal tendo em conta critérios de espaço, objectividade e pertinência dos temas.



Um jornal de fatos

WWW.ANOTICIA.ONLINE

EXPEDIENTE

O jornal A Notícia é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01, Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL – CEP 57073-470 - CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Wellington Sena
Diretor de Redação
artsenna10@gmail.com
Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Certame da Prefeitura de Maceió favorece a empresa Vasconcelos e Santos LTDA

Ação do Ministério Público declara ilegal licitação da Arser

O Ministério Público do Estado (MPE) acatou pedido de mandado de segurança impetrado pela empresa EIP Serviços de Iluminação Ltda contra ato supostamente ilegal e abusivo praticado pelo presidente da Comissão Especial de Licitação da Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados de Maceió (Arser), objetivando obter provimento jurisdicional que determine a alteração do tipo licitatório de "técnica e preço" para "menor preço", na Concorrência nº 02/2019 do Município de Maceió.

O promotor de Justiça Marcus Rômulo Maia de Mello entendeu que "a

impetrante salienta que o referido processo de licitação, cujo objeto é a contratação de serviços de gestão energética completa das unidades consumidoras componentes do sistema de iluminação pública do município de Maceió, tem como tipo licitatório "técnica e preço" e que, ao analisar o Edital do certame, constatou que o tipo licitatório escolhido é totalmente incompatível com o real objeto da licitação".

Por fim, em sede liminar, pugnou pelo seguinte: suspensão da Concorrência Pública nº 02/2019; alteração do tipo licitatório de "técnica e preço" para "menor preço"; divisão do

certame por expertise necessária; retirada da cláusula que impede a realização de consórcio pelas licitantes; indicação de quantitativo nos itens apresentados, no anexo do Edital, para que se possa apresentar melhores propostas amparadas em critérios objetivos; e correção da forma de avaliação e pontuação das propostas técnicas e sobrepreço. No mérito, requereu a concessão da ordem no sentido da confirmação da liminar pleiteada.

O segundo ponto impugnado pela empresa denunciante é a proibição de formação de consórcio. "No caso, o Município não apresentou justificativa plausível para a proibição de consórcio. O

consórcio fomenta a competitividade na licitação. Sua proibição, sem a devida motivação, é ato arbitrário que limita a concorrência, premissa essa básica ao procedimento licitatório", diz denúncia da EIP Serviços de Iluminação Ltda.

"Já no que concerne à ausência de quantitativo de itens nas composições de preços, a impetrante também tem razão. É preciso ao menos uma estimativa do quantitativo de itens a ser utilizados, pois a quantidade interfere no preço do produto - quanto mais, menor o valor, é assim que o mercado funciona normalmente. Caso contrário, será beneficiada a licitante que atualmente presta serviço de

modo precário para o Município de Maceió, já que ela possui essa informação e consegue ofertar preço com base nela, enquanto os demais licitantes oferecerão preços por unidade de produto, logo, com valores evidentemente mais altos", disse o promotor.

A Vasconcelos e Santos LTDA-EPP é a empresa que a Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (Sima) tanto quer que fique no contrato de iluminação de Maceió. Vale lembrar, que ela foi uma das responsáveis pela queda do prefeito de Patos, município da Paraíba. Fraude à licitação foi um dos crimes cometidos.

O CASO



Promotor de Justiça Marcus Rômulo Maia de Mello



Conselheiro do TCE, Rodrigo Siqueira Cavalcante



Desembargadora do TJ, Elisabeth Carvalho

*“Poderes já identificaram irregularidades em licitação ‘zoneada’
‘É uma licitação viciada com a finalidade de contratar uma famosa carta marcada’, diz desembargadora*

No fim de outubro, a desembargadora do Tribunal de Justiça de Alagoas, Elisabeth Carvalho Nascimento, concedeu medida de suspensão temporária do edital formulado pela Comissão Especial de Licitação da Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados de Maceió - Arser - com a finalidade de contratar empresa para serviços de iluminação.

A decisão, segundo desembargadora, tem como objetivo a manutenção da lisura do certame, removendo da comissão julgadora a possibilidade de pontuar os licitantes de forma discricionária, o que favoreceria um direcionamento. Ou seja, uma licitação viciada com a finalidade de contratar uma famosa carta marcada.

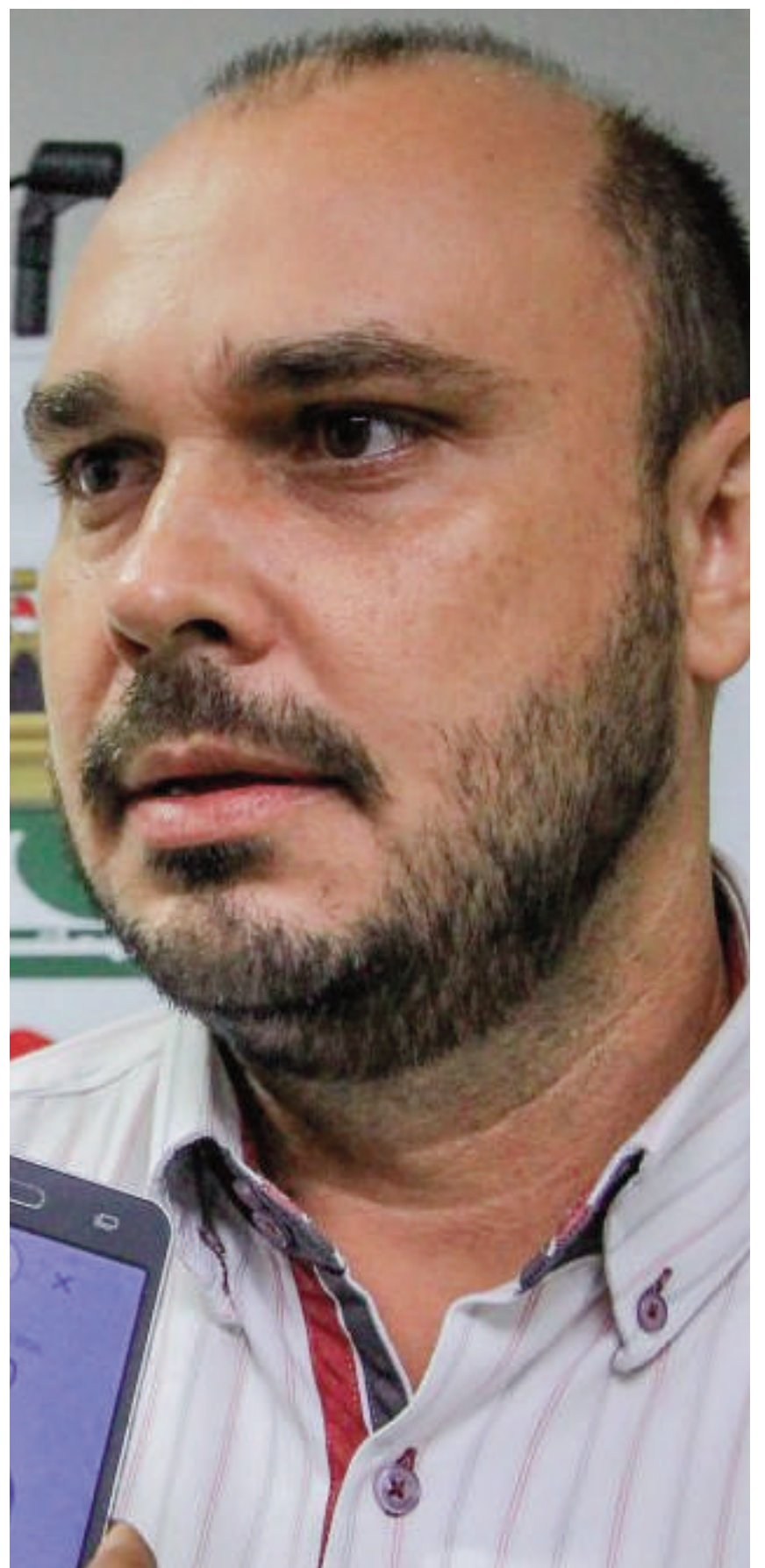
Elisabeth salientou que tais ilegali-

dades "promovem o direcionamento da licitação à contratação da empresa que atualmente atua como contratada do Município de Maceió, uma vez que apenas tal empresa seria capaz de atingir nota máxima em todas as pontuações relativas ao critério técnico, situação a qual inviabilizaria qualquer tipo de competição, inclusive com baixos preços, das demais empresas licitantes."

Em agosto, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Rodrigo Siqueira Cavalcante, acatou, pelo menos temporariamente, o pedido do Ministério Público de Contas de Alagoas e concedeu medida cautelar suspendendo a licitação promovida pela Superintendência de Iluminação Pública de Maceió (Sima), para apurar os fatos

denunciados pelas empresas Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S/A e E.I.P. Serviços de Iluminação.

Agora foi a vez do Ministério Público do Estado (MPE) de se pronunciar sobre a má gerência da Arser. "Insta salientar que este representante do parquet não está isolado no seu entendimento, sendo esse mesmo posicionamento o adotado pelo Ministério Público de Contas e pelo Conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas que determinou, em 12/08/2019, no bojo do Processo TC nº 8234/2019, a suspensão cautelar do procedimento licitatório em comento, conforme se pode verificar no parecer e decisão anexos aos autos", informou o promotor Marcus Rômulo Maia de Mello.



FALTA COM A VERDADE: Secretário de Rui Palmeira é desmentido por decisão judicial

**ACESSÍVEL
EM QUALQUER
LUGAR**

WWW.ANOTICIA.ONLINE

[/ANOTICIAONLINEDEALAGOAS](https://www.facebook.com/ANOTICIAONLINEDEALAGOAS)

[/ANOTICIAAL](https://www.instagram.com/ANOTICIAAL)



LAVA JATO

STF se prepara para julgar os representantes da Organização Arnon de Mello

Fernando Collor pode pegar 22 anos de cadeia; Luiz Amorim, oito



O senador Fernando Collor de Mello (Pros-AL), e o seu fiel escudeiro, Luís Amorim, tiveram o pedido de condenação na operação "Lava Jato" feito ao Supremo Tribunal Federal (STF), por parte da Procuradoria Geral da República, a época comandada pela procuradora Raquel Dodge, em abril deste ano (2019). Agora, a segunda turma do STF se prepara para julgar os representantes da Organização Arnon de Mello (Collor, herdeiro majoritário, e Amorim, Diretor-Presidente). Caso o STF venha a acatar o pedido da PGR, o ex-presidente Collor pode ser condenado a mais de 22 anos de prisão. Enquanto Amorim, pode pegar uma pena de até 8 anos de reclusão.

Enquanto isso, em menos de 1 ano, a OAM demitiu mais de 50 funcionários. Todos eles, dispensados literalmente com uma mão na frente e a outra atrás, pois, até hoje não viram 1 centavo sequer das suas rescisões. Sem falar que a Organização também descontava os valores dos encargos de INSS e FGTS, e não faziam o repasse. "Passei mais de 10 anos nessa empresa, sempre dando meu melhor, no dia da minha demissão, fui ao RH, e disseram que para eu receber minha rescisão e fundo de garantia, eu teria que ir ao 'TRT'", disse um ex-funcionário na condição de anonimato.

Os delitos foram praticados na condição de senador da República, pois o congressista era responsável por indicações para a presidência da BR Distribuidora e das diretorias de rede de postos de serviços e de operações e logística

Collor responde pelo desvio de mais de R\$ 50 milhões das arcas da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. O senador também está sendo acusado de comandar uma organização criminosa que teria desviado da empresa no âmbito da Lava Jato.

Na ação assinada por Raquel Dodge, as investigações mostram que Collor cometeu por 30 vezes o crime de corrupção passiva e por 369 o de lavagem de dinheiro. A PGR também solicita a aplicação de multa de 1400 salários mínimos, em valor igual ao da época em que os crimes imputados a ele foram cometidos.

"Os delitos foram praticados na condição de senador da República, pois o congressista era responsável por indicações para a presidência da BR Distribuidora e das diretorias de rede de postos de serviços e de operações e logística", disse Dodge na época.

Segundo a PGR, os documentos comprovam que o senador recebeu R\$ 9,95 milhões em um contrato para troca de bandeiras em postos de combustíveis entre a BR Distribuidora e a empresa DVBR Derivados do Brasil. "Parte da propina foi enviada para uma off-shore em Hong Kong para posterior disponibilização para saque no Brasil, e a outra parte foi repassada em espécie", afirma.

RELEMBRE

Diretor-executivo acionou a Justiça para tentar ganhar R\$ 1.1 milhão da TV Gazeta

Luiz Amorim tentou aplicar golpe milionário

Luiz Amorim, diretor-executivo do grupo e testa de ferro do ex-presidente na Operação Lava Jato, entrou na Justiça do Trabalho para receber uma bolada de R\$ 1.1 milhão dos cofres da TV Gazeta. Ele recebe um salário de mais de R\$ 33 mil/mês da emissora.

No processo, Luiz Amorim – que, assim como Collor, também é réu numa Ação Penal no STF, exige a homologação de acordo extrajudicial para pagar a si mesmo, já que na condição de diretor-executivo da OAM cabe a ele próprio executar a decisão judicial movida em seu benefício.

E do outro lado estão os jornalistas demitidos no ano passado que, até o momento, não receberam seus direitos trabalhistas. Mas, a juíza do Trabalho Lúcia Costa Lima, titular da 8ª Vara do Trabalho de Maceió, rejeitou o pedido de homologação de acordo extrajudicial.

Na decisão, a magistrada fez questão de deixar registrado os recorrentes descumprimentos de ordens judiciais perpetrados pelo grupo de comunicação do senador Fernando Collor, que em novembro do ano passado demitiu mais de 40 profissionais do jornal Gazeta de Alagoas e até hoje não honrou um

acordo trabalhista sequer.

"Ora, se a empresa requerente [TV

Gazeta] dispõe dessa elevada quantia para pagamento do presente acordo

extrajudicial, ainda que de forma parcelada, cujo 'acordante obreiro' é nada mais

nada menos que o Administrador não sócio da Sociedade [Luiz Amorim], como revela o contrato social acostado, 'diretor geral da empresa e organizações, com remuneração mensal na folha de pagamento no valor de R\$ 33.060,84', conforme consta na petição de acordo, não se justifica que tenha descumprido os acordos antes celebrados, em valores bem inferiores", pontua a juíza.

Lúcia Costa Lima reforça ainda que a TV Gazeta é parte em inúmeros processos em trâmite na Justiça do Trabalho, e que ao consultar algumas dessas ações verifica-se que a empresa não está honrando os acordos firmados, ou parte deles, e, por isso, está sendo executada, ou a execução está em vias de ser iniciada, 'como se observa, por exemplo, nos processos nº 699-21.2017, 1131-40.2017, 1162-60/2017, 1382-58/2017, 852-20.2018, 1072-18-2018, 13-58/2019 etc'.

Além de perder a ação, Luiz Amorim ainda conseguiu o feito de impor um prejuízo de R\$ 20.336,95 à TV Gazeta, já que a emissora administrada por ele, também como parte no pedido de homologação, foi condenada a pagar esse valor em custas processuais.



na **LBV**,

O ESPORTE

compartilha valores
e multiplica alegrias.

Apaixone-se e AJUDE A LBV.

APOIO

A Notícia
Um portal de notícias

lbv.org

CULTURA

Ação irá reeditar o livro *Arte Contemporânea das Alagoas*, que completou 30 anos

Hospital Veredas lança projeto para valorizar artistas alagoanos

O Hospital Veredas deu partida na sexta-feira, 8, em um encontro no Palato Farol, ao projeto cultural de divulgação das artes plásticas e visuais, com a reedição do livro *Arte Contemporânea das Alagoas*, que completou 30 anos de lançamento.

“A arte representa bem estar e toca a alma das pessoas gerando emoções positivas que valorizam a vida. O nosso hospital apoia a segunda edição do livro – atualizada e revisada – bem como outras etapas previstas no projeto. Isso por entender que o ambiente hospitalar pode ir além da frieza e de eventuais momentos de ansiedade”, afirma o presidente do Hospital Veredas, o

médico Edgar Antunes Neto.

A empresa responsável por tocar o projeto reuniu nesse primeiro momento, especialistas em arte alagoana e artistas plásticos e visuais que publicaram suas obras na edição original do livro, em 1989 - bem como artistas de relevância - para iniciar o processo de pré-inscrição por meio do site www.contemporaneadasalagoas.art.br.

O projeto – que não tem fins lucrativos ou interesse econômico – prevê, além da reedição do livro, a criação de uma plataforma interativa com portfólio dos artistas, exposições populares, mostras nacionais e internacionais.



O nosso hospital apoia a segunda edição do livro – atualizada e revisada – bem como outras etapas previstas no projeto. Isso por entender que o ambiente hospitalar pode ir além da frieza e de eventuais momentos de ansiedade

Presidente do Hospital Veredas, o médico Edgar Antunes Neto



“O livro de arte no Brasil está recuperando a sua importância para a cultura brasileira, entretanto, o apoio aos artistas alagoanos deve contemplar outras formas de ampliar o registro do livro tradicional, no papel, para novas modalidades de arte aplicada. Dentro da perspectiva do novo projeto, pensamos em dar uma estrutura mais jornalística. Pelo fato de que são pessoas desses tempos de agora, e que estão trabalhando, resistindo, produzindo sua arte”, assinala Luiz Dantas, professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e jornalista, coordenador da equipe de produção e responsável pelo texto final da obra.

O projeto é um pouco do que foi a primeira obra - *Arte Contemporânea das Alagoas*, de 1989, que também teve esse espírito, com textos escritos pelo jornalista e colunista Romeu de Mello-Loureiro, já falecido. Na nova edição, os textos e a pesquisa serão realizados pelo jornalista e escritor Mário Lima.

Nesse novo número, além das pinturas, serão mostradas instalações, fotografias e esculturas, em um elenco formado entre 50 a 60 artistas alagoanos, de todas tendências artísticas e todas as idades. Os artistas que já faleceram serão homenageados, na pessoa do arquiteto e pintor Alex Barbosa.



COMIDA TEMPERADA COM HISTÓRIA

Turistas da capital poderão se deliciar com os pratos da chef Mãe Neide

Restaurante Baobá enriquece turismo gastronômico de Maceió



Tudo que faz sucesso à base de muito trabalho e dedicação rende frutos. É o caso da Mãe Neide e Betânia Amorim, que inauguraram mais uma unidade do restaurante Baobá, especializado em culinária afro-indígena. O evento, que aconteceu no dia 3 de novembro, no bairro da Ponta Verde, em Maceió, contou com a apresentação de um delicioso cardápio - marca registrada da casa, e presença dos atores Henri Castelli e Lua Xavier.

O restaurante Baobá é parada obrigatória para quem vai à Serra da Barriga, em União dos Palmares, atrás de turismo histórico. É a oportunidade do turista se deliciar em um restaurante rústico com uma das melhores comidas de matriz africana. Tudo preparado pela Mãe Neide, que capricha também na entrada e sobremesa. Um dos pratos mais famosos é o maravilhoso Xequeté.

Também entre os mais pedidos está o feijão quilombola, que é preparado com grãos pretos, brancos e misturados com pés bovino e suíno, costela, bacon, linguiça e ervas verdes. A cada receita, uma pitada de cultura de um povo que tanto trabalhou e trabalha por Brasil. São pratos cheios de história dos africanos escravizados que tiveram que sobreviver de restos de comidas dos brancos.

Quem se senta à mesa no restaurante Baobá irá provar comidas e quitutes



de uma chef premiada. Líder religiosa, ativista e empresária, Mãe Neide foi uma das vencedoras do Prêmio Dólmã, o Prêmio Máximo da Gastronomia

Brasileira. Ela foi escolhida, em 2018, Embaixadora da Gastronomia do Estado de Alagoas em uma cerimônia na sede do Sebrae-Ceará, em Fortaleza.



Iniciativa do Grupo Conforto Gastronômico, a premiação começou em 2013. A ação surgiu após um estudo de mercado que identificou a existência de demanda reprimida relativa a um modelo de prêmio realizado em um único momento envolvendo a culinária de todas as unidades da Federação. Segundo seus organizadores, o Dólmã veio para reconhecer e valorizar o trabalho dos profissionais de destaque na gastronomia, um dos segmentos que mais crescem no país junto com o turismo.

A Comissão Julgadora selecionou três chefs de cada estado. Na etapa final, um deles tornou-se o embaixador gastronômico. E o prato apresentado para a eleição foi o ‘três raças’, feito a base de carne suína, fígado bovino, linguiça e cupim de boi. “É uma releitura de um prato feito pela minha avó para o povo do quilombo. Ele é enriquecido com ervas verdes que eram usadas para prevenir doenças como a anemia”, disse Mãe Neide.

Ela, também conhecida como Mãe Neide Oyá D’Oxum, nasceu no município de Arapiraca, é formada em gastronomia e aprendeu a cozinhar com sua avó, quituteira da cidade do Agreste. O restaurante Baobá funciona todos os dias das 11h até 16h e das 17h30 até 22h. O estabelecimento está localizado na Av. José Cabral Acioli, n. 51, Ponta Verde.

"POBRES CRIANÇAS"

Robério Cristiano deu um tiro no pé de um jovem de 21 anos

Conselheiro tutelar já foi preso acusado de tentativa de homicídio

As crianças e adolescentes, de Maceió, não estão em boas mãos se depender de dois conselheiros tutelares escolhidos pela própria população. Como já denunciado pelo jornal A Notícia, Celso Deoclécio dos Santos, eleito ao Conselho Tutelar da Região IV, já foi preso em flagrante em 2014 por roubo majorado. E o mais agravante: acusado de usar um menor de idade para participar do esquema criminoso. Mas como tudo pode piorar, a reportagem recebeu denúncia contra o também conselheiro eleito Robério Cristiano Omena da Silva, da Região IX, que atende o Benedito

Bentes II.

Omena da Silva é "simplesmente" acusado de tentativa de homicídio, em 2018, e maus tratos, em 2012. O processo, de número 0700081-37.2018.8.02.0068, contra o conselheiro ainda tramita no Tribunal de Justiça, tendo como última movimentação o dia 5 de novembro. Ele foi preso, mas conseguiu liberdade, não podendo se ausentar da comarca e comparecer para prestar esclarecimentos sempre que intimado.

"Extraída pelo cotejo entre o depoimento das testemunhas e o interrogatório do réu - que o autuado, porteiro de um

condomínio residencial, estava em seu local de trabalho, quando um disparo de arma de fogo atingiu um indivíduo. Ocorre, contudo, que nenhuma arma foi encontrada com o flagranteado e este alega ter sido abordado por dois indivíduos, um dos quais portando a aludida arma. Outrossim, nada há no bojo do auto que informe tais alegações", declarou a defesa do acusado. O processo está no Fórum de Rio Largo. O mais interessante é que o advogado de Robério Cristiano Omena da Silva, Silas de Oliveira Santos também é conselheiro tutelar.

Uma simples pesquisa no Google por "Robério Cristiano Omena da Silva" mostra que o passado do acusado é obscuro. Em seu nome está linkado à seguinte reportagem veiculada em março do ano passado: "Ciosp registra três tentativas de homicídio nas últimas 24 horas". Confira trecho: "A outra tentativa de homicídio aconteceu no bairro do Cruzeiro do Sul. Gabriel Arthur da Silva, de 21 anos, foi atingido por um tiro no pé. A vítima foi conduzida ao Mini Pronto Socorro do Tabuleiro e passa bem. O suspeito, identificado como Robério Cristiano Omena da Silva, de 31

anos, foi levado à Central de Flagrantes I, onde foi autuado em flagrante por tentativa de homicídio". Com liberdade provisória, ele tem que comparecer todos os meses no Fórum do Barro Duro, em Maceió.

"Resta claro e evidente que o senhor Celso Deoclécio dos Santos não preenche o requisito legal de idoneidade moral para assumir o cargo de conselheiro tutelar, não podendo, em hipótese alguma, ter a sua vitória para assumir o referido cargo homologado", destacou o promotor de justiça Ubirajara Ramos dos Santos.



Resto claro e evidente que o senhor Celso Deoclécio dos Santos não preenche o requisito legal de idoneidade moral para assumir o cargo de conselheiro tutelar, não podendo, em hipótese alguma, ter a sua vitória para assumir o referido cargo

PROMOTOR DE JUSTIÇA
UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL DE ALAGOAS
GERENCIA DE FLAGRANTES DA AREA 01 - GP21
CENTRAL DE FLAGRANTES DA CAPITAL - I
EQUIPE DELTA

Ofício nº 2786/2018 - Central de Flagrantes da Capital - I

Maceió/AL, 18 de março de 2018

A Sua Excelência
JUIZ DE DIREITO PLANTONISTA- 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
Comarca de Rio Largo/AL

Excelentíssimo Juiz,

Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso LXII da Constituição, comunico a Vossa Excelência que nesta data, foi preso e autuado em flagrante, por ter cometido o(s) crime(s) de TENTATIVA DE HOMICÍDIO - Art. 121 C/C 14 da Lei 2.848/40 CP, conforme abaixo mencionado, consoante o Auto de Prisão em Flagrante Delito, que segue anexo, sendo que o autuado ficará custodiado nesta plantonista, devendo ser encaminhado, quando possível, ao SISTEMA PRISIONAL - bairro do Tabuleiro, onde deverá permanecer à disposição da Justiça Pública.

Outrossim, informo que a homologação do referido flagrante deverá ser comunicada ao 12º DP Rio Largo I - Rio Largo.

NOME	ROBÉRIO CRISTIANO OMENNA DA SILVA	Incidência Penal	TENTATIVA DE HOMICÍDIO - Art. 121 C/C 14 da Lei 2.848/40 CP
------	-----------------------------------	------------------	---

Respeitosamente,

TEILA ROCHA NOGUEIRA
Delegado de Polícia

ABSURDO

Conselho Tutelar nega pedido do Ministério Público de afastar Celso Deoclécio do cargo

Prefeitura luta para empossar conselheiro que usou menor para praticar assalto

O Ministério Público de Alagoas (MP-AL) formalizou pedido de impugnação de mandato do conselheiro tutelar eleito Celso Deoclécio dos Santos, preso por roubo majorado. Mas, para a surpresa da Justiça, a Prefeitura de Maceió negou a solicitação do órgão fiscalizador. A Comissão Eleitoral do Conselho Tutelar resolveu manter Santos no cargo mesmo após denúncias de que ele teria usado um menor de idade para praticar um assalto a mão armada em Rio Largo. O MP-AL informou que irá recorrer ao Pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O A Notícia conseguiu o depoimen-

to do adolescente envolvido no crime às autoridades. E o jovem foi claro: Celso estava com a arma de fogo durante assalto no estabelecimento Cervejaoke, em Rio Largo. O crime aconteceu em 2014. "Celso que anunciou o assalto e começou a recolher os pertences dos clientes", disse. Celso e José Esdras, outro participante no assalto, também teriam forçado Luiz Carlos, outro envolvido no processo, de assumir o roubo.

Agora, eleito, o criminoso Celso Deoclécio irá cuidar de crianças e jovens da região IV compreende os bairros de Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Chã de Bebedouro, Chã da Jaqueira, Santa Amélia, Petrópolis, Fernão Velho e Rio

Novo. Hoje em liberdade provisória, Deoclécio teve sua candidatura ao Conselho Tutelar impugnada algumas vezes, mas no último concurso, de acordo com o denunciante, surgiu novamente como candidato, sem maiores problemas e se elegeu para o quadriênio 2020/2024 com 404 votos, ficando em 4º lugar.

Deoclécio responde o processo em liberdade tendo que se apresentar a cada três meses na justiça pela ação criminosa. Ele fazia parte de um trio de bandidos formado por dois jovens - ele era um deles na época -, e um adolescente. Eles foram presos no dia 23 de julho daquele ano portando 13 celulares roubados e seis munições de calibre 38.



PARA LEMBRAR

Suspeito é afastado enquanto acusados em flagrante são empossados

Conselheiro tutelar suspeito de abuso sexual é afastado da função

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDA) afastou temporariamente, em dezembro de 2017, o conselheiro tutelar Luiz Carlos dos Santos Silva, investigado por suspeita de abusar sexualmente de uma adolescente. À época, o acusado declarou à imprensa que estava tranquilo e que era inocente.

"O que está acontecendo comigo é perseguição política desde 2015, quando entram com processo para eu não ser eleito. Não preciso provar nada, porque a comunidade me con-

hece. Eu confio no MP", disse Luiz Carlos.

O texto publicado no DOM diz que o afastamento de Silva foi decidido após uma reunião no dia 1º de dezembro no Conselho e os termos de declaração colhidos e encaminhados pela 13ª Promotoria de Justiça da Capital - Infância e Juventude.

Enquanto Luiz Carlos foi afastado por uma denúncia, os outros dois conselheiros irão cuidar de crianças e adolescentes mesmo autuados e presos em flagrante.





COBRANDO RESPOSTAS

A comissão externa criada pela Câmara dos Deputados para acompanhar os danos causados pelo afundamento do solo nos bairros do Pinheiro, do Bebedouro e do Mutange realizou audiência com o objetivo de ouvir o diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Esteves Pedro Colnago, e o presidente da empresa Braskem S.A., Fernando Musa. Relator da comissão externa, o deputado federal Marx Beltrão (PSD) participou da audiência e fez questionamentos aos presentes. “O fato de a Braskem ser uma grande empregadora e contribuir com o pagamento de muitos impostos em Alagoas não exime esta empresa de suas responsabilidades”, afirmou Marx Beltrão.

QUEREM PRIVATIZAR TUDO

A participação do governador do Estado no Fórum Exame de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões deu fôlego a um grupo de deputados iniciar uma campanha para a privatização da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal). O tema foi debatido na sessão na casa de Tavares Bastos, outros órgãos foram citados por deputados para também serem privatizados: Ceasa, Estádio Rei Pelé, por exemplo.

ESPERANÇA PARA MESSIAS

O município de Messias é administrado por uma só família há muitos anos, só que agora surge na pacata cidade um novo nome que começa reacender a esperança dos messiensenses que buscam renovação no comando do executivo. Trata-se da líder político Messias da Gente, um homem de experiência e comprometido com a população.



GASTANDO DEMAIS

O conselheiro Rodrigo Cavalcante, ao examinar o Relatório de Fiscalização da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo da Esfera Municipal elaborado a partir das informações disponibilizadas pelos Portais da Transparência dos entes ou órgãos municipais, verificou que a prefeitura do município de Satuba ultrapassou o limite máximo definido na Lei de Responsabilidade Fiscal, por ter atingido, no 1º quadrimestre de 2019, o percentual de 66,80% da Receita Corrente Líquida.



TRABALHANDO POR RIO LARGO

O deputado estadual Inácio Loiola (PDT) recebeu em seu gabinete na Assembleia Legislativa, lideranças jovens do município de Rio Largo na região metropolitana do estado. O parlamentar ouviu as demandas trazidas e se prontificou a trabalhar pela população riolarguense.

SEGUNDA INSTÂNCIA

Para senador, é clara a regra de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado

Renan Calheiros considera decisão do STF uma vitória: “Fim da tortura”

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) da noite desta quinta-feira 7, que derrubou a prisão após a condenação em segunda instância, repercutiu entre os senadores. Por 6 votos a 5, os ministros retornaram ao entendimento de que um réu só pode cumprir pena depois que se esgotarem todos os recursos junto à Justiça. Com isso, poderão ser soltos presos como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros com condenações na operação Lava-Jato.

O senador Lasier Martins (Podemos-RS) avaliou que a medida trouxe decepção e tristeza para os brasileiros. Para o parlamentar, a decisão foi tomada pelos ministros como uma forma de agradecimento por suas indicações políticas para o cargo. “A maioria [dos ministros] vem de indicações do Collor, do Lula, da Dilma, do Temer, com quem eles têm compromissos. Então, não refletem a opinião e não têm a jurisprudência que os brasileiros querem para acabar com a corrupção”.

Na terça-feira, 5, Lasier e outros 42 senadores chegaram a entregar uma carta ao presidente do Supremo, pedindo a manutenção da prisão em segunda instância. E anunciaram a Dias Toffoli que, caso o Supremo derrubasse a medida, entrariam com uma Proposta de



A maioria [dos ministros] vem de indicações do Collor, do Lula, da Dilma, do Temer, com quem eles têm compromissos. Então, não refletem a opinião e não têm a jurisprudência que os brasileiros querem para acabar com a corrupção

SENADOR LASIER MARTINS (PODEMOS-RS)



Emenda à Constituição para mudar a regra. Lasier explicou que, embora haja duas propostas já prontas no Senado e na Câmara, os presidentes das duas Casas, Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, não

agilizam a tramitação das matérias.

O líder do PSL no Senado, senador Major Olimpio (SP), também protestou contra a medida, afirmando que a decisão do Supremo afeta toda a população. Para ele, a derrubada da prisão em segunda instância faz “do Brasil o país da impunidade”. “O STF votou contra o povo. Os ministros, mais uma vez, foram pró-bandidos, e o povo paga a conta. Derrota para o Brasil”, escreveu o parlamentar em sua conta no Twitter.

O senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) observou que a determinação da Suprema Corte não significa a liberdade imediata, por exemplo, de Lula, já que isso depende de habeas corpus. Ele comentou ainda que, mesmo saindo da prisão, o ex-presidente não pode ser candidato por estar enquadrado na Lei da Ficha Limpa. “Lula pode ser candidato? Não. Enquanto estiver condenado e considerado ficha suja. Retrato igual para outros”, escreveu Kajuru, em suas redes sociais.

Já o senador Renan Calheiros (MDB-AL) postou que o STF acertou. Para ele, é clara a regra de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado. “Prisão antes do fim dos recursos virou mecanismo político de tortura e pressão”, compartilhou o alagoano.



BARRACO

Glenn Greenwald e o deputado David Miranda adotaram dois irmãos em Maceió

Briga entre Augusto Nunes e Glenn Greenwald envolve crianças alagoanas

A agressão do jornalista Augusto Nunes no colega de profissão Glenn Greenwald, na tarde de quinta-feira, 7, durante o Programa Pânico, da Rádio Jovem Pan, foi motivada depois de o norte-americano lembrar de uma declaração dada pelo agressor.

Glenn abordou o tal episódio e chamou o colega de covarde por diversas vezes, quando foi interrompido com uma agressão de Nunes. Em 1º de setembro deste ano, no programa Os

Pingos nos Is, da Rádio Jovem Pan, Augusto Nunes criticou a instituição familiar de Glenn e quem cuida de seus dois filhos adotados em Alagoas. O norte-americano é casado com o deputado federal David Miranda (Psol-RJ).

“O Glenn Greenwald passa o dia dando chiques no Twitter, ou trabalhando de receptor de mensagens roubadas. Esse David fica em Brasília lidando com rachadinhas, que essa é a suspeita aí, que isso dá trabalho. Quem é

que cuida das crianças que eles adotaram? Isso aí o juizado de menores devia investigar”, disse Nunes na ocasião.

Em vídeo publicado no Twitter, Glenn disse que os comentários de Augusto Nunes sobre o seu filho foram “a coisa mais feia e suja que já ouviu na carreira”. Em 2017, Glenn Greenwald e seu companheiro David Miranda adotaram João Vitor e seu irmão Jonathas, que moram com o casal no Rio de Janeiro.



World service
Montagem e Manutenção de Microcomputador
FORMATÇÃO, INFORMÁTICA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA



Téc.
Alberto Bezerra

cat.bezerra@bol.com.br

FONE: (82) 98706-5829

SUPREMO

Procuradoria apontou violação da autoridade da medida cautelar concedida pelo STF

Vitória da PGE derruba multa de R\$ 600 milhões contra o Estado de Alagoas

A Procuradoria Geral do Estado obteve no Supremo Tribunal Federal (STF) uma decisão que derruba a cobrança de multa de cerca de R\$ 600 milhões aplicada pela Justiça do Trabalho contra o Estado de Alagoas. O ministro Gilmar Mendes determinou que a execução de sentença trabalhista favorável a um grupo de servidores da Fundação Estadual de Apoio à Criança e ao Adolescente de Alagoas (Fundac) se restrinja ao período em que a relação havia sido regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Analisando a decisão do STF, o procurador-geral do Estado, Francisco Malaquias, lembrou que nessa ação a atuação da PGE foi fundamental, já que precisou ser feita por mais de 30 anos tamanha a importância de defender o Estado. “Todos os setores da PGE estão de parabéns por essa vitória. Uma ação com todo esse tempo é resultado do trabalho de centenas de procuradores, muitos, inclusive, dedicaram seu trabalho ao longo de vidas funcionais. Tínhamos a certeza de que o Estado não estava errado e tinha o direito ao seu lado. Apresentamos todos os recursos necessários. A justiça foi feita e, se aconteceu, foi pela persistência na defesa do Estado”, acrescentou.

O juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió julgou procedente a ação e, na fase de execução, determinou ao Estado de Alagoas que implantasse nos salários dos servidores os reajustes concedidos pela sentença, sob pena de multa.

W
Todos os setores da PGE estão de parabéns por essa vitória. Uma ação com todo esse tempo é resultado do trabalho de centenas de procuradores, muitos, inclusive, dedicaram seu trabalho ao longo de vidas funcionais

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO,
FRANCISCO MALAQUIAS

O Estado vem recorrendo da decisão no âmbito da Justiça do Trabalho. Contudo, atendendo o procurador Gentil Ferreira de Souza, esse caso é muito importante para o Estado, pois é uma reclamação trabalhista de mais de 30 anos que, como ficou provado com a decisão do STF, significa uma grande vitória para Alagoas. “Esses valores não poderiam mais ser executados pela Justiça do Trabalho. Deixamos claro que,



de acordo com a jurisprudência do STF, a competência da Justiça do Trabalho em relação aos servidores públicos se encerra com sua transposição para o regime estatutário e foi isso que o ministro julgou procedente”, afirmou, destacando o trabalho da PGE em todo o processo.

Na Reclamação, a PGE apontou violação da autoridade da medida cautelar concedida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3395, em

que o Plenário afastou a competência da Justiça do Trabalho para resolver controvérsias que envolvam servidores públicos estatutários ou de vínculo de natureza jurídico-administrativa. Em março de 2017, o ministro Gilmar Mendes concedeu medida liminar para suspender a incidência da multa.

Sendo assim, o ministro considerou abusivo o valor atual da sanção, que alcança R\$ 600 milhões e é superior à

soma despendida com o pagamento de precatórios pelo Estado no período de sete anos. “Esse fato indica certa abusividade na decisão impugnada”, avaliou. “Considerando a competência da Justiça do Trabalho apenas no período anterior à instituição do regime jurídico único, a exorbitância da multa aplicada e as dificuldades financeiras enfrentadas pelo estado, entendo que é caso de exclusão da multa”, concluiu.

FÓRUM EXAME

Depois da consulta pública será lançado o edital de leilão da companhia de saneamento

Renan Filho apresenta projeto de concessão da Casal

O governador Renan Calheiros Filho abriu na quinta-feira, durante a primeira edição do Fórum EXAME PPPs e Concessões Alagoas, a consulta pública sobre um novo projeto de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto na região metropolitana de Maceió. O modelo, que mescla investimentos públicos e privados, foi estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao longo dos últimos dois anos.

“Diante da escassez de recursos para investimentos da União e dos estados, a solução para viabilizar obras é por meio de parcerias público-privadas”, disse Filho a uma plateia de cerca de 200 políticos, empresários do setor e investidores que se reuniu no Fórum na capital alagoana na quinta-feira, 7. “Esse empreendimento será um modelo para todo o Brasil.” A principal inovação do projeto é juntar, em um contrato único com um prestador privado, os serviços de água e esgoto de 12 municípios da região metropolitana e de Maceió. Normalmente, cada cidade é responsável por gerenciar o seu próprio sistema.

W
Diante da escassez de recursos para investimentos da União e dos estados, a solução para viabilizar obras é por meio de parcerias público-privadas

GOVERNADOR RENAN CALHEIROS FILHO

Depois da consulta pública, que deve durar 30 dias, será lançado o edital do leilão da concessão, previsto para março de 2020 na bolsa de valores brasileira B3. O vencedor vai ganhar o direito de distribuir



água e recolher e tratar os resíduos na região metropolitana da capital alagoana – atendendo 1,5 milhão de pessoas – durante 35 anos.

Os investimentos estimados na cons-

trução das novas redes e tubulações são de 1,6 bilhão de reais para o serviço de água e 1 bilhão de reais para o de esgoto. A maior parte do montante deve ser aplicada nos primeiros oito anos da concessão. A pro-

dução e o tratamento da água continuarão sendo feitos pela estatal Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), que se tornará dona da infraestrutura construída após o vencimento do contrato.

PROJETO

As tarifas a serem cobradas devem ser iguais às atualmente praticadas pela Casa

Meta é aumentar acesso à água encanada em 13 municípios

A meta é universalizar o acesso à água encanada nos 13 municípios em seis anos e o serviço de esgoto gradualmente em 16 anos – atualmente, o sistema cobre apenas 35% da região incluída no novo projeto. As tarifas a serem cobradas devem ser iguais, em valores reais, às atualmente praticadas pela Casal e pelas outras empresas públicas que atendem as cidades. “O cidadão não quer saber se o dinheiro do projeto é público ou privado. Quer receber o

serviço”, disse Calheiros Filho.

Durante o evento, exemplos de PPPs bem-sucedidas no Nordeste foram mostrados, como o da Nova Ceasa de Teresina, projeto apresentado pela superintendente de PPPs do Piauí Viviane Araújo, representante do poder concedente, e pelo presidente da central estadual de abastecimento James Andrade, falando como concessionário.

O caso do Hospital do Subúrbio, em Salvador, foi contado pela coordena-

dora técnica da Secretaria da Fazenda da Bahia, Priscila Romano Pinheiro. O da ampliação da infraestrutura de esgoto da região metropolitana de Recife foi relatado por Adriano Barbosa, diretor de operação da empresa de saneamento BRK Ambiental, que tem 90% da empresa concessionária do serviço.

A participação do banco de fomento para além das ideias é um dos temas importantes que foram levantados por participantes do EXAME Fórum. “O

BNDES já garantiu que participará com parte do financiamento do novo projeto de água e saneamento, assim como outros bancos públicos”, disse George Santoro, secretário da Fazenda de Alagoas.

O estado tem vários outros projetos de concessões e PPPs em busca de financiadores, segundo Maurício Quintella, secretário de Infraestrutura de Alagoas, e Antônio Tenório Cavalcante Neto, presidente da Alagoas

Ativos, que gerencia as empresas a serem confiadas à iniciativa privada: o Ceasa de Maceió, o Abatedouro de Viçosa e o aeroporto regional da cidade turística de Maragogi.

O Fórum EXAME em Alagoas mostrou que a iniciativa privada terá um papel essencial na execução dos projetos que o Brasil tanto precisa. Mostrou também que a participação do BNDES nesta caminhada é relevante – mas precisa ser mais bem definida.